DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2032/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/119745/2012
PROTOCOLO	: 1358992
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: ARLEI SILVA BARBOSA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: NOTA DE EMPENHO N. 2850/2012
EMPRESA CONTRATADA	: RIO GRANDE DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA-ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2012 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 4/2012
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
VALOR INICIAL	: R$ 32.744,55
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

NOTA DE EMPENHO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. ATOS LEGAIS E REGULARES. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATOS ILEGAIS E IRREGULARES. MULTA.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da formalização e teor (2ª fase) e da execução financeira da Nota de Empenho n. 2850/2012 (3ª fase), celebrada entre o Município de Nova Alvorada do Sul/MS e a empresa Rio Grande Distribuição e Comércio de Produtos e Serviços Ltda - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Arlei Silva Barbosa, prefeito municipal.

O objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, no valor global de R$ 32.744,55 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Foi emitida a Decisão Singular DSG-G.JAS n. 2398/2013, julgando a legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 18/2012 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 4/2012 (processo TC/MS n. 118280/2012).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 7268/2015, entendendo pela regularidade e legalidade da formalização e pela ilegalidade e irregularidade da execução financeira da nota de empenho em tela.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 5 DR. JOAOMJR n. 11/2016, acompanhando a equipe técnica, com aplicação de multa.

DA DECISÃO

O instrumento hábil (nota de empenho) foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A execução financeira em análise não atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor da contratação: R$ 32.744,55;
- Valor Empenhado: R$ 32.744,55;
- Anulação de Empenho: R$ 0,00;
- Notas Fiscais: R$ 0,00;
- Comprovantes de Pagamento: R$ 0,00.

Destaca-se que o responsável pela contratação foi devidamente intimado para encaminhar os documentos faltantes ou apresentar justificativas, entretanto, não se manifestou nos autos.

Por fim, a documentação foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** da formalização e teor da Nota de Empenho n. 2850/2012 (2ª fase), celebrada entre o Município de Nova Alvorada do Sul/MS e a empresa Rio Grande Distribuição e Comércio de Produtos e Serviços Ltda - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Arlei Silva Barbosa, prefeito municipal, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **ilegalidade e irregularidade** da execução financeira da Nota de Empenho n. 2850/2012 (3ª fase), com fulcro no art. 59, III, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

3. pela aplicação de **multa** ao responsável, Sr. Arlei Silva Barbosa, prefeito municipal, inscrito no CPF sob o n. 176.485.991/04, no valor correspondente a **50 (cinquenta) UFERMS**, com supedâneo no art. 42, I e IX e art. 44, I, ambos LCE n. 160/2012, c/c o art. 172, I, “b”, do RITC/MS;

4. pela **concessão** do prazo de 60 (sessenta) dias para que o responsável acima citado recolha o valor referente à multa junto ao FUNTC, comprovando nos autos no mesmo prazo, conforme o estabelecido no § 1º, I e II do art. 172, do RITC/MS;

5. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados nos termos do art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 22 de março de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs